



**SIMULADO  
ESPECIAL**

**TJ SC**

**Analista Serviço Social**  
**Pós-Edital**

# Caderno de Prova

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-SC**, cargo de **Assistente Social**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/nNQifHAgNFUvm2Gd7>

- |                      |                      |                      |                      |                      |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4e4YR7b>

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra*

1. *“O ministro encerrou a audiência deixando registradas as condições do acordo.”*

A forma verbal de gerúndio **“deixando”** está empregada de forma correta.

Dentre as frases abaixo, assinale a única **incorreta** no uso do gerúndio.

- a) O pesquisador passou anos analisando os dados, reunindo evidências e construindo, gradualmente, a hipótese que sustentaria sua tese.
- b) A multidão atravessou a praça cantando, erguendo cartazes e protestando contra medidas consideradas arbitrárias.
- c) O diretor respondeu ao ofício, determinando a abertura de sindicância e apurando imediatamente as responsabilidades dos envolvidos.
- d) O candidato foi aprovado no concurso, assumindo o cargo na semana seguinte.
- e) O escritor permaneceu noites em claro revisando o manuscrito, cortando excessos e aperfeiçoando a estrutura narrativa.

2. *“O governo anunciou novas medidas para conter a inflação, mas o mercado reagiu com cautela ao pacote.”*

Nesse segmento, o termo **“pacote”** retoma o vocábulo anterior **“medidas”**, como uso hipocorístico (retomada por designação sintética). O mesmo ocorre na seguinte frase, em relação ao termo sublinhado:

- a) O pesquisador apresentou uma nova **teoria**, mas a proposta ainda precisava de comprovação empírica.
- b) O artista restaurou um antigo **violino**, porém o instrumento ainda exigia ajustes delicados.
- c) O tribunal analisou a **sentença**, embora a decisão tenha sido alvo de recursos posteriores.
- d) O jornalista descreveu a **tempestade**, mas o temporal já havia perdido intensidade.

e) O professor comentou a **gramática**, porque ela exige estudo constante.

3. Verbos abundantes são aqueles que admitem duas formas equivalentes de participio, uma regular e outra irregular.

Assinale a opção que só apresenta **verbos abundantes do participio**:

- a) suspender – expulsar – eger.
- b) trazer – sofrer – vencer.
- c) incluir – resolver – beber.
- d) romper – gastar – pedir.
- e) nascer – viver – abrir.

4. *“Na ciência, o que importa, muitas vezes, não é a hipótese inicial, mas a evidência que resiste à crítica. Uma teoria só permanece válida enquanto suporta refutações.”*

Sobre a estruturação desse pequeno texto, é correto afirmar que se trata de um texto

- a) narrativo-descritivo, cujo objetivo é relatar episódios da história da ciência.
- b) argumentativo, em que a tese apresentada está vinculada a uma condição.
- c) injuntivo, cujo propósito é instruir o leitor sobre procedimentos experimentais.
- d) expositivo, em que se apresentam informações neutras sem defesa de ponto de vista.
- e) puramente narrativo, marcado pela sucessão cronológica de acontecimentos.

5. Assinale a frase que apresenta ambiguidade por não se poder distinguir, com segurança, agente e paciente de uma ação:

- a) O diretor criticou o assessor durante a reunião.
- b) A escolha do representante gerou controvérsia.
- c) Pedro e Renato se cumprimentaram na entrada.
- d) Vi o suspeito correndo pela avenida.
- e) Convocar os servidores tornou-se urgente.

6. Observe a seguinte frase, dita por um pesquisador:  
*"O experimento falhou. Os dados foram revisados. Isso revela rigor metodológico."*

Sobre a estruturação dessa frase, é correto afirmar que:

- a) as duas primeiras frases apresentam informações incompatíveis entre si.
- b) o significado desse pequeno fragmento é integralmente construído de forma explícita.
- c) entre as duas frases iniciais seria semanticamente adequada a conjunção **portanto**.
- d) o pronome **isso** refere-se apenas ao fato de o experimento ter falhado.
- e) a terceira frase introduz conclusão derivada das anteriores.

7. Todas as frases abaixo fazem propaganda de um automóvel; aquela que, em busca do convencimento do cliente, apela para a sua vaidade é:

- a) Sedan Aurora: mais tecnologia por menos custo.
- b) Para mais segurança e desempenho, use Sedan Aurora.
- c) Escolha de executivos exigentes: compre Sedan Aurora.
- d) Dirija o Sedan Aurora e seja notado por onde passar.
- e) Não enfrente imprevistos na estrada: tenha Sedan Aurora.

8. *"O relógio é um bicho que vive correndo sem sair do lugar. Tem duas mãos, mas não abraça ninguém. Fica olhando para a parede e mandando a gente dormir, acordar, sair correndo para a escola. Quando ele faz barulho cedo, ninguém gosta dele; quando atrasa, todo mundo reclama."*

O observador, que realiza uma descrição, não descreve tudo o que vê por causa de suas limitações; a limitação do observador do texto acima é proveniente:

- a) das condições físicas do ambiente em que se encontra o objeto descrito.
- b) do próprio referente, já que relógios são objetos tecnicamente difíceis de observar.
- c) de caráter psicológico, pois o observador distorce o objeto por razões subjetivas.
- d) de seu posicionamento, pois o ângulo de observação impede acesso a certos detalhes.
- e) de conhecimento, pois, sendo criança, não domina plenamente o referente descrito.

9. Em todas as frases abaixo ocorre o emprego do verbo haver; a frase em que esse verbo foi substituído por outro de sentido equivalente, de forma adequada, é:

- a) Havia muitos pesquisadores no auditório. / Permaneciam.
- b) Houve uma pane no sistema durante a madrugada. / Aconteceu.
- c) Ainda havia documentos sobre a mesa. / Restava
- d) Daqui a dois meses haverá nova eleição no conselho. / Surgirá.
- e) Há soluções para esse problema. / Existe

10. A frase em que os termos destacados podem ser compreendidos com um só significado, sem possibilidade de polissemia ou ambiguidade, é:

- a) Esses relatórios **pesaram muito** na decisão final.
- b) Clara tem **cabeça fria** em momentos difíceis.
- c) O conselho aprovou **a fundação** do novo instituto.
- d) O pesquisador voltou **para o laboratório** ao amanhecer.
- e) Renato acompanha **ainda hoje** os antigos mestres.

**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO PJSC***Tiago Zanolla*

- 11.** Camila, aprovada em concurso público para cargo efetivo no quadro de servidores civis do Estado de Santa Catarina, teve sua nomeação publicada no Diário Oficial em 3 de março. No vigésimo quinto dia após a publicação, sofreu acidente doméstico que a manteve internada por duas semanas, fato comprovado por laudo médico juntado aos autos do seu processo funcional. Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 6.745/85 sobre posse e prazos a ela aplicáveis, assinale a alternativa correta.
- a) O prazo de trinta dias para posse, contado da publicação da nomeação no Diário Oficial, é improrrogável, de modo que a nomeação de Camila tornar-se-á automaticamente sem efeito caso ela não compareça até o trigésimo dia, ainda que comprovada a ocorrência de doença.
  - b) Comprovada a impossibilidade de comparecimento por motivo de doença, o prazo de posse poderá ser prorrogado até que cesse o impedimento.
  - c) O prazo de posse é de sessenta dias contados da publicação da nomeação, prorrogáveis por mais trinta dias mediante requerimento fundamentado, em caso de doença devidamente comprovada por junta médica oficial.
  - d) A nomeação somente poderá ser tornada sem efeito após notificação pessoal ao interessado, não bastando o simples decurso do prazo legal contado da publicação, ainda que não comprovado qualquer motivo de força maior.
  - e) A superveniência de doença durante o prazo de posse transfere automaticamente a contagem do prazo para o momento da alta médica, independentemente de requerimento da interessada ou de ato formal da autoridade nomeante.
- 12.** Considerando as disposições da Lei Complementar estadual nº 639/2015 sobre o regime disciplinar dos servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta.
- a) O processo administrativo disciplinar tramitará com a intervenção obrigatória da Procuradoria-Geral do Estado, cuja manifestação jurídica prévia constitui pressuposto de validade do ato final decisório proferido pela autoridade competente.
  - b) O poder disciplinar em relação aos servidores do quadro do Poder Judiciário é exercido, conforme as respectivas atribuições, pelo Presidente do Tribunal, pelo Corregedor-Geral da Justiça, pelos Diretores do Foro e pelos Juízes, sobre os seus subordinados diretos.
  - c) As publicações de atos relativos ao processo administrativo disciplinar dos servidores do Poder Judiciário ocorrem obrigatoriamente no Diário Oficial do Estado, mantidas integralmente as regras originais da Lei Complementar estadual nº 491/2010 sem qualquer modificação.
  - d) O regime disciplinar definido pela Lei Complementar nº 639/2015 estende-se também aos notários e registradores catarinenses por delegação, aos quais se aplicam exatamente as mesmas regras previstas para os servidores efetivos do quadro do Poder Judiciário.
  - e) A Lei Complementar nº 639/2015 substitui integralmente a aplicação da Lei nº 6.745/1985 aos servidores do Poder Judiciário catarinense, afastando toda e qualquer norma estatutária estadual anterior que regule o regime funcional desses servidores.

**13.** Nesse cenário, considerando as disposições do art. 8º do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina sobre os critérios para criação, alteração, extinção ou classificação das comarcas, assinale a alternativa correta.

- a) Os índices mínimos para a classificação das comarcas são de 100 pontos para a 1ª entrância, 200 pontos para a 2ª entrância, 400 pontos para a 3ª entrância e 600 pontos para a 4ª entrância, conforme o rol expresso do caput do dispositivo.
- b) Atribui-se 1 ponto a cada 1.000 eleitores, sendo computado o coeficiente ainda que o total de eleitores seja inferior a 6.000, considerado o número efetivo apurado na respectiva comarca no momento da análise.
- c) Atribui-se 1 ponto a cada 100 km<sup>2</sup> de extensão territorial e 1 ponto a cada 1.000 habitantes, exigida, neste último item, população mínima de 20.000 habitantes como condição para que o coeficiente seja computado no cálculo do índice.
- d) Atribui-se 2 pontos por dezena de feitos judiciais, exigido movimento forense anual mínimo de 1.500 feitos judiciais, considerado o ano civil imediatamente anterior ao da classificação pretendida pela comarca interessada.
- e) O índice mínimo relativo à 4ª entrância corresponde a 300 pontos, mesmo valor exigido para a 3ª entrância, em razão da equiparação funcional entre as duas últimas categorias do sistema de organização judiciária catarinense.

**14.** Helena, servidora designada para elaborar estudo sobre a estrutura institucional do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, precisa definir, com segurança, onde se localiza a sede do órgão, qual a extensão territorial de sua jurisdição e qual a espécie normativa responsável por fixar o número de desembargadores que compõem a Corte. Nesse cenário, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta.

- a) O Tribunal de Justiça tem sede na Capital do Estado, jurisdição em todo o território catarinense e é composto por desembargadores, em número definido por lei complementar, nos exatos termos do art. 3º do Regimento Interno.
- b) O Tribunal de Justiça tem sede na Capital do Estado, jurisdição em todo o território catarinense e é composto por desembargadores, em número definido por resolução do Tribunal Pleno aprovada por maioria absoluta dos seus membros.
- c) O Tribunal de Justiça tem sede em cidade designada por resolução do Órgão Especial, mantendo jurisdição em todo o território do Estado, sendo composto por desembargadores em número fixado em lei ordinária estadual de iniciativa da Corte.
- d) O Tribunal de Justiça tem sede na Capital do Estado, com jurisdição restrita à região metropolitana de Florianópolis, sendo composto por desembargadores em número definido pelo próprio Regimento Interno, mediante deliberação do Órgão Especial.
- e) O Tribunal de Justiça tem sede na Capital do Estado, jurisdição em todo o território catarinense, sendo o número de desembargadores fixado em lei ordinária estadual mediante proposta formulada pelo Presidente do Tribunal à Assembleia Legislativa.

- 15.** Matheus, assessor lotado na Corregedoria-Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, recebeu determinação do Corregedor-Geral para elaborar ato de comunicação externa dirigido simultaneamente a doze cartórios extrajudiciais situados em comarcas distintas, tratando de providências operacionais a serem adotadas por todos os destinatários. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa correta quanto à espécie de ato a ser utilizada.
- a) Portaria, por se tratar de formalização de medida administrativa de alcance ampliado, dirigida simultaneamente a múltiplos cartórios extrajudiciais sob a supervisão da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado.
  - b) Circular, por se tratar de ato de divulgação de matéria normativa ou administrativa interna para conhecimento geral, inclusive quando dirigida a órgãos externos vinculados à supervisão da Corregedoria-Geral da Justiça.
  - c) Ofício, por constituir ato de comunicação externa idôneo a transmitir determinações a terceiros, ainda que endereçado simultaneamente a mais de um destinatário, em razão da unidade do conteúdo veiculado na mensagem.
  - d) Ofício circular, por se tratar de ato de comunicação externa dirigido simultaneamente a mais de um destinatário, enquadrando-se na descrição expressa do inciso V do art. 2º do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
  - e) Ordem de serviço, por veicular determinação acerca da maneira de conduzir os serviços cartorários extrajudiciais, transmitida simultaneamente a todos os cartórios destinatários da providência operacional adotada pela Corregedoria.
- 16.** Esse cenário, considerando as disposições dos arts. 15 e 16 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina sobre as modalidades de concretização da função correicional e sobre a realização das inspeções, assinale a alternativa correta.
- a) A função correicional concretiza-se exclusivamente por meio de inspeções, cabendo à Corregedoria-Geral da Justiça deliberar sobre a realização de correições e visitas técnicas apenas em caráter complementar e de forma discricionária.
  - b) A inspeção ordinária é designada a qualquer tempo, por deliberação do Corregedor-Geral da Justiça, independentemente de sua prévia inclusão no calendário anual publicado até 15 de fevereiro de cada ano pela Corregedoria-Geral da Justiça do Estado.
  - c) A inspeção periódica, denominada autoinspeção, é realizada no mês de fevereiro de cada ano, sob a coordenação direta do Corregedor-Geral da Justiça, dispensada a participação do magistrado responsável pela unidade judicial envolvida nos trabalhos.
  - d) A inspeção permanente é realizada de forma contínua e assídua pela Corregedoria-Geral da Justiça em relação a todos os serviços do Estado, bem como pelo magistrado, em relação à unidade judicial pela qual é responsável.
  - e) As inspeções ordinária e extraordinária serão realizadas preferencialmente de maneira presencial, destinando-se a modalidade virtual apenas às unidades indicadas pelo Corregedor-Geral da Justiça e/ou que demonstrem desempenho insuficiente nos indicadores de eficiência.

**ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO***Rodrigo Bet*

- 17.** Acerca da Comissão de Ética e Conduta do Poder Judiciário de Santa Catarina, assinale a alternativa correta:
- a) É composta por 5 membros, eleitos por voto direto.
  - b) Os membros eleitos para mandato de 3 anos.
  - c) Em caso de empate na votação, a classificação favorece o candidato mais jovem.
  - d) Os membros não recebem remuneração adicional pelo exercício das funções no colegiado.
  - e) As decisões são tomadas por maioria simples dos membros presentes.
- 18.** Ricardo, servidor municipal, por evidente negligência, deixou de conferir a validade de um lote de medicamentos. Os insumos venceram, gerando um prejuízo de R\$ 80.000,00 ao erário. Com base na Lei n. 8429/92 atualizada, assinale a alternativa correta:
- a) Configura ato de improbidade por lesão ao erário (Art. 10), devido à perda patrimonial efetiva.
  - b) Ricardo deve responder por improbidade culposa, sujeito ao ressarcimento e à perda da função.
  - c) A omissão caracteriza improbidade contra os princípios da administração por violação do dever de zelo.
  - d) Ricardo não responderá por improbidade, pois a lei exige dolo específico, sendo atípica a modalidade culposa.
  - e) A responsabilidade é objetiva, bastando o nexo entre a negligência e o prejuízo para aplicar as sanções.

**GESTÃO NO SERVIÇO PÚBLICO***Elisabete Moreira*

- 19.** O Diretor de Planejamento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina observa que sua equipe de analistas é composta por profissionais altamente experientes, com elevado grau de autonomia e que executam tarefas complexas e ambíguas. Buscando melhorar os resultados e motivar sua equipe, o Diretor decide adotar um estilo de liderança diretivo. Nesse caso, segundo a Teoria do Caminho-Meta (*Path-Goal Theory*) de Robert House, a postura do Diretor é considerada:
- a) Eficaz, pois tarefas ambíguas exigem uma liderança diretiva.
  - b) Ineficaz, pois o estilo diretivo é percebido como redundante e pode reduzir a satisfação.
  - c) Adequada, visto que profissionais experientes requerem um estilo de líder diretivo.
  - d) Eficaz para o estilo de liderança orientado para conquistas, que foca no estabelecimento de metas desafiadoras e no controle estrito dos processos.
  - e) Inapropriada, pois a teoria defende que, para tarefas complexas, o estilo possível é o de liderança liberal (*laissez-faire*), delegando a decisão ao grupo.
- 20.** Ao realizar um diagnóstico cultural, o diretor de RH do TJ-SC percebeu que, embora o discurso oficial da Presidência e os manuais de ética do órgão, expostos nos corredores, enfatizem a inovação e agilidade, os servidores mais antigos mantinham uma convicção inconsciente de que qualquer mudança seria perigosa e o cumprimento das regras e normas era o único caminho para o atendimento da legalidade. Segundo a classificação de Edgar Schein, o cenário descrito demonstra um conflito entre os seguintes níveis da cultura:
- a) Artefatos e Valores Compartilhados.
  - b) Valores Compartilhados e Pressuposições Básicas.
  - c) Artefatos e Valores Compartilhados.
  - d) Clima Organizacional e Cultura Dominante.
  - e) Subculturas e Contraculturas.

## **NOÇÕES DE INFORMÁTICA E PROTEÇÃO DE DADOS**

*Emannuelle Gouveia*

**21.** No Windows 10 ou 11, o Explorador de Arquivos permite ao usuário organizar arquivos e pastas. Ao utilizar o recurso “Mover para”, o sistema realiza:

- a) A criação de uma cópia do arquivo na pasta de destino, mantendo o original na pasta de origem.
- b) A exclusão permanente do arquivo selecionado, sem possibilidade de recuperação.
- c) A transferência do arquivo para outra pasta, removendo-o da localização original.
- d) A compactação automática do arquivo antes de enviá-lo para o destino.
- e) A conversão do arquivo para outro formato compatível com a pasta de destino.

**22.** Em redes de computadores, o protocolo HTTP é utilizado para:

- a) Transferir arquivos entre computadores por meio de conexão segura com criptografia nativa obrigatória.
- b) Traduzir nomes de domínio em endereços IP para localização de servidores.
- c) Estabelecer comunicação entre páginas web e navegadores por meio de requisições e respostas.
- d) Controlar o envio de e-mails entre servidores de correio eletrônico.
- e) Gerenciar automaticamente o endereçamento físico (MAC) dos dispositivos na rede.

**23.** Em segurança da informação, uma boa prática para proteção de contas de usuários em sistemas corporativos é:

- a) Utilizar a mesma senha em diferentes sistemas para facilitar o acesso.
- b) Compartilhar credenciais com colegas de equipe em caso de ausência.
- c) Desativar atualizações automáticas para evitar mudanças inesperadas no sistema.

d) Anotar senhas em arquivos de texto não protegidos para fácil consulta.

e) Ativar autenticação multifator (MFA) para adicionar uma camada extra de verificação.

**24.** De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), o titular dos dados pessoais possui direitos em relação ao tratamento de suas informações. Nesse contexto, é um direito assegurado ao titular:

- a) Solicitar a exclusão de dados pessoais mesmo quando houver obrigação legal de mantê-los.
- b) Exigir o tratamento de dados pessoais sem qualquer finalidade específica definida.
- c) Impedir o controlador de adotar medidas de segurança sobre os dados armazenados.
- d) Solicitar a confirmação da existência de tratamento de seus dados pessoais.
- e) Negar livremente o compartilhamento de seus dados entre quaisquer organizações.

**25.** No Microsoft Word, ao aplicar uma quebra de página manual em um documento, o efeito dessa ação é:

- a) Dividir o texto em colunas automaticamente, ajustando o layout da página.
- b) Forçar o conteúdo seguinte a iniciar na próxima página, independentemente do espaço restante.
- c) Inserir uma nova seção com configurações independentes de formatação.
- d) Excluir todo o conteúdo após o ponto onde a quebra foi inserida.
- e) Ajustar automaticamente as margens do documento para caber mais texto na mesma página.

**DIREITOS HUMANOS E ACESSO À JUSTIÇA***Géssica Ehle*

**26.** Um professor de Direitos Humanos, ao preparar seu material didático, decide elaborar uma questão sobre a hierarquia das normas internacionais no ordenamento jurídico brasileiro após a EC 45/2004. Consoante a Constituição Federal de 1988, os Tratados sobre Direitos Humanos

À luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o ingresso de tratados internacionais de direitos humanos no direito interno brasileiro:

- a) Confere-lhes, de forma automática, natureza de norma supraconstitucional, desde que ratificados pelo Presidente da República.
- b) Atribui-lhes equivalência de emenda constitucional, caso sejam aprovados em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- c) Garante-lhes invariavelmente o status de lei ordinária, uma vez que a Constituição Federal não admite normas internacionais com força de norma constitucional.
- d) Ocorre por meio de processo monofásico, sendo a assinatura do Chefe do Executivo suficiente para a vinculação definitiva do Estado brasileiro.
- e) Resulta em natureza supralegal, independentemente do quórum de aprovação, por se tratar de matéria de direitos humanos.

**27.** A doutrina clássica e contemporânea dos Direitos Humanos estabelece características fundamentais que orientam sua aplicação. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação tecnicamente incorreta:

- a) A indivisibilidade dos direitos humanos pressupõe a inexistência de hierarquia entre direitos civis, políticos, sociais ou culturais, formando um conjunto unitário.
- b) A característica da inalienabilidade impede a transmissão ou a atribuição de valor econômico-comercial aos direitos humanos.

c) A universalidade estabelece que o sujeito de direitos é a pessoa humana em sua essência, independentemente de particularidades culturais ou geográficas.

d) A imprescritibilidade determina que o exercício dos direitos humanos deve ocorrer em prazo determinado por lei, sob pena de perda da pretensão punitiva.

e) O princípio da complementaridade orienta que os tratados e normas devem ser interpretados de forma conjunta para maximizar a proteção da dignidade humana.

**28.** Analise as proposições abaixo acerca da proteção jurídica conferida à população LGBTQIAPN+ no Brasil:

- I. O direito à alteração do nome social e do gênero no registro civil é garantido mediante procedimento administrativo, dispensando-se a comprovação de cirurgia de transgenitalização ou laudos psicológicos.
- II. O ordenamento jurídico brasileiro, por meio de entendimento vinculante dos tribunais superiores, reconhece o casamento civil e a união estável homoafetiva, sendo assegurado o direito à adoção por esses casais.
- III. A homotransfobia é tipificada como crime de racismo, de forma residual, até que sobrevenha legislação específica do Congresso Nacional sobre a matéria.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas II e III.
- d) Todas as assertivas.
- e) Nenhuma das assertivas.

**29.** No sistema jurídico brasileiro, apenas determinados tratados internacionais de direitos humanos possuem status equivalente ao de Emenda Constitucional. Assinale a opção que contém exemplos que preenchem esse requisito:

- a) Convenção Americana sobre Direitos Humanos e Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.
- b) Pacto de São José da Costa Rica e Convenção Interamericana contra o Racismo.
- c) Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Tratado de Marraqueche.
- d) Convenção contra a Tortura e outros Tratados de Direitos Humanos assinados antes de 2004.
- e) Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e Declaração Universal de 1948.

**30.** No que concerne às políticas judiciárias de inclusão e ao papel do Poder Judiciário na promoção dos direitos fundamentais, o acesso à justiça é compreendido não apenas como o ingresso em juízo, mas como a garantia de uma ordem jurídica justa. Sobre a gratuidade de justiça e a assistência jurídica integral e gratuita, assinale a opção correta à luz da Constituição Federal de 1988 e da jurisprudência dos Tribunais Superiores:

- a) O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita apenas aos cidadãos brasileiros que comprovarem insuficiência de recursos, excluindo-se os estrangeiros não residentes, em razão do princípio da soberania nacional.
- b) A concessão do benefício da justiça gratuita a pessoas jurídicas com fins lucrativos é automática, bastando a simples declaração de insuficiência de recursos firmada pelo representante legal.
- c) O direito ao acesso à justiça é um direito fundamental de eficácia plena, o que impede o legislador de estabelecer requisitos processuais, como o esgotamento da via administrativa, antes do ingresso no Poder Judiciário.
- d) A assistência jurídica integral e gratuita, prevista no Art. 5º, LXXIV da CF, é um dever do Estado que abrange não apenas a isenção de taxas judiciárias, mas também a prestação de orientação jurídica e a defesa em todos os graus, preferencialmente pela Defensoria Pública.
- e) A gratuidade de justiça, por ser um instrumento de equalização social, impede que o magistrado condene o beneficiário ao pagamento de custas e honorários sucumbenciais, sendo vedada a cobrança dessas verbas mesmo que o réu deixe de ser hipossuficiente.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****SERVIÇO SOCIAL E TEORIA PROFISSIONAL***Nilza Ciciliati*

- 31.** A assistente social Lúcia, atuando em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), depara-se constantemente com o dilema entre responder às exigências institucionais baseadas no terefismo e promover um trabalho articulado aos princípios do projeto ético-político do Serviço Social. Com base nos fundamentos éticos da profissão, à luz das reflexões teóricas contemporâneas, a atitude de Lúcia, ao buscar romper com o pragmatismo e o imediatismo institucional, reflete a compreensão de que:
- a) a ética profissional se restringe à aplicação formal e legalista do Código de Ética, o qual garante a eficácia técnica e o distanciamento crítico da intervenção.
  - b) a ação ético-política consiste em uma dimensão pura e absoluta de intervenção, isenta das determinações sociais e das contradições inerentes à divisão social do trabalho.
  - c) a moral tende a se objetivar de modo alienado no cotidiano, sendo necessária a reflexão ética e crítica, motivada por valores emancipatórios, para a realização de escolhas conscientes e o compromisso com projetos coletivos.
  - d) a ética e a moral são esferas idênticas no exercício profissional, visto que ambas se configuram como ações estritamente práticas e circunscritas à singularidade do indivíduo na resolução de demandas emergenciais.
  - e) o pertencimento ao projeto ético-político desobriga a profissional da normatização de deveres e valores, substituindo a dimensão deontológica pela ação puramente espontânea nas decisões do cotidiano.

- 32.** O Serviço Social brasileiro, em sua trajetória histórica de renovação, consolidou um projeto ético-político que busca a ruptura com o conservadorismo. Todavia, a prática profissional do assistente social desenvolve-se imersa no cotidiano, espaço onde a moralidade e os comportamentos frequentemente enfrentam os desafios da alienação. A respeito da relação entre o projeto ético-político, a ética profissional e o cotidiano, assinale a afirmativa correta.
- a) O cotidiano profissional é o espaço exclusivo de aplicação da ética crítico-dialética, estando naturalmente protegido contra a ultrageneralização e a superficialidade devido à sólida capacitação teórica conferida à categoria.
  - b) A materialidade e a organicidade da consciência ética dos assistentes sociais dependem da adoção de uma postura de neutralidade na intervenção, dissociando a ação moral singular das projeções societárias macrossociais.
  - c) A dimensão normativa, materializada no Código de Ética Profissional, é suficiente por si mesma para garantir a legitimação da ética profissional e impedir a reprodução de julgamentos alienados no trabalho institucional.
  - d) A práxis profissional articulada ao projeto ético-político exige a superação das tendências cotidianas (como pragmatismo e heterogeneidade), reconhecendo que a ética se objetiva por meio de atos morais que demandam reflexão crítica constante e intencionalidade.
  - e) A adoção do projeto ético-político determina a reprodução automática de condutas emancipatórias, anulando as contradições intrínsecas ao trabalho e garantindo a materialização linear da liberdade do assistente social.

**33.** O sigilo profissional, no âmbito do Serviço Social, é tratado como um elemento central para a garantia de proteção aos usuários e a preservação da autonomia técnica. Segundo as normativas expressas nos artigos 15 a 18 do Código de Ética do Assistente Social (Resolução CFESS nº 273/1993), analise a seguinte situação hipotética: um assistente social atuante em uma equipe multidisciplinar no Tribunal de Justiça é instado a compartilhar informações de um caso sigiloso durante uma discussão de equipe. Considerando os preceitos éticos vigentes sobre o tema, a atitude correta do profissional deve ser:

- a) repassar todas as informações integralmente à equipe multidisciplinar, visto que o trabalho em rede exige a socialização absoluta dos dados para a efetividade do atendimento.
- b) recusar-se terminantemente a compartilhar qualquer tipo de informação, pois o sigilo é um direito absoluto e inquebrável, mesmo perante os membros da equipe de trabalho.
- c) prestar as informações estritamente dentro dos limites do que for necessário para o alcance dos objetivos do trabalho em equipe, resguardando os detalhes não essenciais.
- d) delegar a decisão de quebra de sigilo à chefia imediata, uma vez que a subordinação administrativa se sobrepõe à autonomia profissional em casos de conflitos institucionais.
- e) revelar o conteúdo sigiloso apenas se houver uma autorização prévia, expressa e por escrito do usuário, sendo esta a única condição legal prevista para o compartilhamento.

**34.** O processo de construção dos Códigos de Ética do Serviço Social reflete as transformações históricas, teóricas e políticas da profissão. O Código de Ética de 1986 representou um divisor de águas, rompendo com a perspectiva conservadora dos documentos que o antecederam. Considerando a análise desse percurso histórico, assinale a afirmativa que indica corretamente as características e o desenvolvimento desses códigos.

- a) O Código de 1986 consolidou a influência neotomista e positivista na profissão, reafirmando o compromisso com a harmonia social e o apaziguamento das lutas de classes, visão superada apenas em 1993.
- b) O Código de 1986 foi o primeiro a desvelar o caráter político da intervenção ética, rompendo com a pretensa perspectiva imparcial dos códigos anteriores e explicitando o caráter de classe dos usuários.
- c) Os Códigos de 1947 e 1965 apresentaram fortes traços de renovação crítica, alinhando-se a valores emancipatórios que serviram de base teórica exclusiva para a elaboração do atual Código de 1993.
- d) O Código de 1986 desenvolveu de maneira suficiente e exaustiva todos os pressupostos da teoria social marxista, tornando o Código de 1993 apenas uma readequação formal e gramatical de suas normativas.
- e) O Código de 1975 introduziu valores liberais e democráticos na profissão, em oposição ao Código de 1965, assumindo um papel vanguardista na recusa do compromisso com o poder instituído da época.

**SERVIÇO SOCIAL E TEORIA PROFISSIONAL II***Anna Valéria Andrade*

**35.** A respeito da existência ou inexistência de uma nova Questão Social nos dias atuais, assinale a alternativa incorreta:

- a) Robert Castel, importante teórico francês que realiza um debate acerca da Questão Social e suas “metamorfoses”, afirma que existe na contemporaneidade uma nova Questão Social.
- b) Yamamoto defende existe uma renovação da “velha Questão Social”, própria das relações conflituosas do capitalismo, que se instaura no cenário atual sob outras roupagens
- c) O autor José Paulo Netto não compartilha com a ideia de uma nova Questão Social, uma vez que essa concepção, segundo o autor, supõe um retrocesso ao pensamento conservador que a origina.
- d) A autora Yazbek não compartilha com a ideia de uma nova Questão Social e discute que, na atualidade, a Questão Social se redefine, porém permanece a mesma.
- e) A autora Potyara Amazoneida defende que existe uma nova Questão Social.

**36.** A respeito do Serviço Social no âmbito sociojurídico, marque a alternativa correta:

- a) Campo (ou sistema) sociojurídico diz respeito ao conjunto de áreas em que a ação do Serviço Social se articula a ações de natureza jurídica, como o sistema judiciário, o sistema penitenciário, o sistema de segurança, os sistemas de proteção e acolhimento de abrigos, internatos, conselhos de direitos, dentre outros.
- b) Nesse campo de trabalho não existem expressões da Questão Social.
- c) Sugerir ou opinar na aplicação da melhor medida socioeducativa prevista no ECA não faz parte do trabalho da/o assistente social no sociojurídico.
- d) O Estudo Social realizado pelo profissional de Serviço Social é um processo novo, sendo utilizado

pela/o profissional no âmbito sociojurídico a partir dos anos 2000.

- e) Dar subsídio ao juiz em questões como adoção, guarda, tutela de crianças e adolescentes não faz parte do trabalho da/o assistente social no sociojurídico.

**37.** A respeito do Estudo social em Serviço Social, marque a alternativa INCORRETA:

- a) O Estudo Social originou-se em nossa profissão através do Serviço Social norte-americano, mais precisamente através do Serviço Social de casos.
- b) Na origem da profissão, o objetivo principal do estudo social no Serviço Social era promover o ajustamento dos indivíduos ao seu meio social, funcionando como uma espécie de “tratamento” a quem necessitava de intervenção profissional.
- c) O Estudo Social de Caso era desenvolvido sob a perspectiva positivista/funcionalista, a qual objetivava, adaptar o indivíduo desajustado ao meio social em que vivia, não questionando a ordem social estabelecida.
- d) Os Estudos Sociais começam a ganhar uma nova conotação a partir da lógica pautada na fenomenologia.
- e) De acordo com Fávero (2014), Estudo Social é um processo metodológico específico do Serviço Social, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional, especialmente em seus aspectos socioeconômicos e culturais.

**38.** A respeito do Estudo social em Serviço Social, marque a alternativa CORRETA:

- a) O conteúdo expresso no Estudo Social não se materializa em nenhum documento.
- b) De acordo com Fávero (2014), os Estudos Sociais são constituídos a partir de observações, entrevistas, visitas domiciliares, dentre outros instrumentos.
- c) Os Estudos Sociais não subsidiam pareceres sociais.
- d) A finalidade imediata de um estudo social não é a emissão de um parecer social.
- e) A autora Regina Célia Mioto não entende estudo social e estudo socioeconômico com objetivos similares.

### **SERVIÇO SOCIAL E TEORIA PROFISSIONAL III**

*Coimbra Almeida*

**39.** De acordo com a perspectiva crítico-dialética no Serviço Social, autores como Marilda Villela lamamoto destacam que a atuação profissional se insere em relações sociais marcadas por disputas de interesses, nas quais o assistente social pode desempenhar funções relacionadas tanto à manutenção da ordem quanto à mediação de demandas das classes subalternas. Diante dessa compreensão, é correto afirmar que tal dimensão do exercício profissional se situa, predominantemente, no campo:

- a) teórico-prático;
- b) socioassistencial;
- c) político-ideológico;
- d) ético-organizativo;
- e) técnico-operativo.

**40.** Segundo a análise de Marilda Villela lamamoto, a atuação do Serviço Social, diante das transformações societárias contemporâneas, exige um reposicionamento crítico da profissão para acompanhar as novas demandas sociais. Nesse

sentido, para que o Serviço Social se mantenha articulado às exigências do tempo presente, é necessário:

- a) romper com uma visão endógena e focalista do serviço social;
- b) reformular integralmente os princípios que estruturam o Projeto Ético-Político profissional;
- c) priorizar o enfrentamento direto ao neoliberalismo como eixo central da intervenção profissional;
- d) adotar exclusivamente as categorias explicativas da chamada “nova questão social”;
- e) concentrar a intervenção na criação de novos instrumentos técnicos desvinculados da teoria social.

### **POLÍTICA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

*Anna Valéria*

**41.** A respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente, é incorreto afirmar que:

- a) O art. 1º do ECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.
- b) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- c) Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- d) O Art. 4º trata da prioridade absoluta que crianças e adolescentes devem ter, devendo ser assegurado a elas a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária pelo Estado e pela família.
- e) O Art. 5º do ECA aborda que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

**42.** A respeito do direito à vida e à saúde da criança e do adolescente preconizado pelo ECA, marque a alternativa correta. Dentre as obrigações que os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares está a de:

- a) Manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezesseis anos.
- b) Identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital dos pais.
- c) Proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido.
- d) Fornecer declaração de óbito onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.
- e) Manter alojamento individualizado, possibilitando ao neonato a permanência junto aos seus pais ou acompanhantes.

**43.** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marque a opção correta:

- a) Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade.
- b) As gestantes ou mães que manifestem a vontade de entregar seus filhos para adoção serão facultativamente encaminhadas, sem qualquer constrangimento, à Justiça de família.
- c) o dever do Estado zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.
- d) É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família substituta e, excepcionalmente, em sua família de origem, assegurada a convivência familiar e comunitária,

em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

- e) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar.

**44.** De acordo com a lei nº 13.509/2017, a qual altera artigos do ECA, marque a alternativa correta:

- a) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar.
- b) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 12 (doze meses).
- c) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- d) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 9 (nove) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta.
- e) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), mesmo se for comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pelo Ministério Público.

**45.** De acordo com a lei nº 10.216/2001, a qual versa sobre os direitos das pessoas com transtornos mentais, marque a alternativa correta:

- a) A Lei nº 10.216/2001, também conhecida como a Lei "Paulo Delgado", deputado federal do estado de Minas Gerais que criou o seu Projeto de Lei é também conhecida como "Lei da reforma psiquiátrica.
- b) Essa Legislação representa um importante avanço na saúde mental brasileira, uma vez que objetiva uma saúde centrada no tratamento individual do usuário.
- c) É responsabilidade da comunidade em geral o desenvolvimento da política de saúde mental, bem como a assistência e a promoção de ações de saúde aos portadores de transtornos mentais.
- d) Essa legislação defende que a internação, em qualquer de suas modalidades, deverá ser indicada em todos os casos de tratamento em saúde mental.
- e) A internação involuntária é a modalidade de internação que se dá com o consentimento do usuário.

**46.** A respeito da lei nº 10.216/2001, lei da reforma psiquiátrica, marque a alternativa correta:

- a) A internação compulsória somente será autorizada por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM do Estado onde se localize o estabelecimento.
- b) A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido.
- c) O término da internação involuntária dar-se-á por solicitação escrita do médico especialista responsável pelo tratamento.
- d) A internação involuntária é determinada, de acordo com a legislação vigente, pelo juiz competente, que levará em conta as condições de segurança do estabelecimento, quanto à

salvaguarda do paciente, dos demais internados e funcionários.

- e) A autoridade que solicita voluntariamente a internação, ou que a consente, deve assinar um termo de responsabilidade do paciente ao tratamento.

**47.** Acerca do surgimento e desenvolvimento das políticas sociais, marque a alternativa correta:

- a) O crescimento das políticas sociais está ligado à passagem do capitalismo concorrencial para a fase tardia do capitalismo monopolista, após a Primeira Guerra Mundial.
- b) Nas sociedades pré-capitalistas, já havia políticas sociais.
- c) Não se pode precisar especificamente a data exata do surgimento das políticas sociais no contexto mundial, porém os estudos que falam desse assunto relatam que suas primeiras iniciativas estão ligadas à ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial.
- d) As políticas sociais, derivadas de iniciativas da sociedade civil e das organizações não governamentais, surgem para dar respostas concretas aos problemas sociais que foram gestados na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista.
- e) As formas de enfrentamento da Questão Social pela iniciativa privada iniciam-se a partir da regulamentação capital e trabalho.

**48.** Acerca do surgimento e desenvolvimento das políticas sociais, marque a alternativa incorreta:

- a) O surgimento das políticas sociais se deu de forma gradual em diferentes países.
- b) O surgimento das políticas sociais deu-se através do movimento de organização e pressão da classe trabalhadora e desenvolvimento das forças produtivas.
- c) Não se pode precisar especificamente a data exata do surgimento das políticas sociais no contexto mundial, porém os estudos que falam desse assunto relatam que suas primeiras iniciativas estão ligadas à ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial.
- d) O final do século XIX foi o período em que o Estado passou a realizar ações sociais de forma mais ampla, sistematizada, planejada e de modo obrigatório em vários países e) As formas de enfrentamento da Questão Social pela iniciativa privada iniciam-se a partir da regulamentação capital e trabalho.
- e) No início do século XX, o sistema capitalista viveu a sua maior crise econômica até aquele momento: a crise de 1919, que se estendeu até 1922, instaurando-se também, em paralelo, a Revolução Socialista de 1917.

**49.** No contexto do desenvolvimento das políticas sociais no Brasil e no mundo, o fordismo foi:

- a) Esse modelo inovou quando comparado ao modelo anterior de produção: o keynesianismo.
- b) Um modelo de produção em massa criado por Henry Ford na indústria automobilística.
- c) O keynesianismo criou a esteira móvel de montagem, garantindo maior celeridade nas operações.
- d) O keynesianismo mecanizou a linha de montagem, submetendo os trabalhadores a exaustivas cargas de trabalho.
- e) A mecanização da produção criada pelo fordismo objetivava retirar os países perdedores da guerra da crise generalizada na Europa.

**50.** De acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), assinale a alternativa correta sobre a execução das medidas socioeducativas:

- a) As medidas socioeducativas possuem caráter exclusivamente controlador e punitivista.
- b) A medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional pode ser aplicada de forma indeterminada, enquanto persistir o comportamento inadequado do adolescente.
- c) A execução das medidas socioeducativas deve assegurar a responsabilização do adolescente, articulada à garantia de direitos e ao seu desenvolvimento integral.
- d) A participação da família no processo socioeducativo do adolescente é facultativa, podendo ser dispensada conforme avaliação da equipe técnica ou da autoridade judiciária.
- e) O SINASE prioriza a aplicação de medidas socioeducativas de privação de liberdade em detrimento das medidas em meio aberto.

### **SISTEMA JUDICIÁRIO E ATUAÇÃO SOCIOJURÍDICA**

*Anna Valéria*

**51.** De acordo com o documento intitulado “Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão”, organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), uma das principais contradições enfrentadas pelo assistente social no campo sociojurídico é:

- a) A disputa entre atuação técnica e atuação administrativa no campo sociojurídico.
- b) A tensão entre manutenção da ordem social e garantia de direitos.
- c) A incompatibilidade entre teoria e prática no exercício profissional da/o assistente social.
- d) A ausência de instrumentos técnicos adequados para a atuação profissional de qualidade.
- e) A limitação do trabalho interdisciplinar entre os profissionais no sociojurídico.

**52.** Acerca da judicialização das expressões da questão social, o documento “Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão”, organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) aponta que:

- a) Representa avanço na garantia de direitos, pois amplia o acesso ao Judiciário.
- b) Neutraliza conflitos sociais ao transformá-los em demandas jurídicas para a/o assistente social.
- c) Converte demandas sociais em questões jurídicas, frequentemente desconsiderando sua origem estrutural.
- d) Elimina a necessidade de políticas públicas sociais.
- e) Fortalece, de forma automática, o projeto ético-político do serviço social.

**53.** De acordo com o documento intitulado “Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão”, organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), um dos principais riscos na atuação da/o assistente social no sociojurídico é:

- a) O excesso de autonomia técnica da/o profissional frente às instituições que necessitam de seu trabalho.
- b) Redução da intervenção à execução burocrática de normas e procedimentos técnicos.
- c) Distanciamento da/o profissional com a legislação vigente.
- d) Falta de reconhecimento profissional no âmbito do sociojurídico e das demandas que chegam no cotidiano.
- e) Ausência de demanda por estudos sociais e pareceres.

**54.** De acordo com o documento intitulado “Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão”, organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e o estudo social no sociojurídico, é correto afirmar que:

- a) Trata-se de um procedimento neutro que busca apenas comprovar fatos objetivos.
- b) Deve se limitar à análise individual dos sujeitos, evitando interpretações estruturais.
- c) Constitui instrumento técnico que articula múltiplos procedimentos e envolve análise crítica da realidade social.
- d) É um documento padronizado com finalidade exclusivamente pericial.
- e) Não envolve posicionamento profissional, sendo apenas descritivo.

**55.** Segundo as formas alternativas de resolução de conflitos no âmbito do poder judiciário, marque a alternativa INCORRETA:

- a) As chamadas "formas alternativas de resolução de conflitos" são meios utilizados para resolver impasses sem a necessidade de uma autoridade judiciária intervir diretamente na decisão final.
- b) Na conciliação, as partes interessadas buscam um acordo que seja benéfico para ambos, por meio de um conciliador, que deve ser totalmente imparcial.
- c) Na arbitragem, o acordo entre as partes interessadas será realizado por um terceiro, chamado de árbitro. Este árbitro será alguém com experiência na área relacionada ao conflito.
- d) A Mediação não é semelhante à conciliação, pois o terceiro imparcial interfere diretamente em uma possível saída para os casos.
- e) Na mediação, o terceiro imparcial apenas ajuda as partes a restabelecerem a comunicação entre elas.

**56.** Segundo as formas alternativas de resolução de conflitos no âmbito do poder judiciário, marque a alternativa INCORRETA:

- a) A mediação é aplicada para casos mais complexos, como por exemplo a mediação na área da família, enquanto a conciliação em casos mais simples como reparação de danos materiais.
- b) No Brasil, as formas alternativas de resolução de conflitos foram impulsionadas pela Lei de Mediação (Lei n. 13.140/2015).
- c) A Resolução nº 125/2010 do CNJ também foi muito importante na área de mediação e resolução de conflitos, pois não havia até então marcos legais sobre a mediação.
- d) De acordo com o art. 166 do Código de Processo Civil (CPC), são princípios da conciliação e mediação independência, imparcialidade, autonomia, vontade, confidencialidade, oralidade, informalidade e decisão informada.
- e) A mediação de conflitos no judiciário é uma técnica específica utilizada para resolver disputas entre partes em conflito, com a ajuda de um mediador parcial que facilita resolver questões na negociação e na tomada de decisão das partes envolvidas.

**57.** Acerca da lei nº 13.140 de 26 de junho de 2015 dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública, assinale a alternativa correta:

- a) A mediação é a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes.
- b) O mediador opina e decide durante o processo de mediação.
- c) O mediador será designado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- d) Pode ser objeto de mediação os conflitos que tratam sobre questões de infância e juventude e famílias.
- e) Pode ser objeto de mediação os conflitos que tratam sobre direitos da pessoa idosa.

**58.** A fetichização das demandas no campo sociojurídico, conforme discutido no documento “Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão”, organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) ocorre quando:

- a) As demandas são tratadas com base em evidências empíricas rigorosas.
- b) A intervenção profissional prioriza instrumentos técnicos padronizados.
- c) A dimensão jurídica das demandas passa a ocultar suas determinações sociais e históricas.
- d) Os profissionais adotam postura crítica frente às normas institucionais.
- e) O estudo social é substituído por avaliações interdisciplinares.

**59.** No âmbito do sociojurídico, as expressões da ‘questão social’, produzidas pela contradição fundante da sociedade, se evidenciam nesses espaços das mais diferentes formas, EXCETO:

- a) Nas demandas de respostas concretas, que são atravessadas pelos diferentes interesses de classe e segmentos de classe.
- b) No perfil social, etário e racial da população carcerária
- c) na saúde de policiais.
- d) na falta de necessidade de se encontrarem “culpados/as” para as diferentes formas de violação de direitos.
- e) Nas situações de violência contra a mulher.

**60.** Acerca do estudo social, marque a alternativa incorreta:

- a) O estudo social é, historicamente, a maior demanda de atribuição ao/à assistente social no sociojurídico.
- b) De acordo com Miotto (2001), o estudo social é o instrumento utilizado para conhecer e analisar a situação, vivida por determinados sujeitos ou grupo de sujeitos sociais.
- c) Em consonância com o conceito de estudo social de Miotto (2001), Rey (2009) enfatiza que o estudo social precisa estar sedimentado como o agir profissional que dá origem ao relatório/laudo/avaliação e, por consequência, é ação privativa do/a profissional de serviço social.
- d) No conceito proposto por Miotto, é facultativo constar no estudo social o parecer do profissional.
- e) A primeira definição acerca de estudo social, amplamente difundida no Brasil (e no mundo), foi construída no início do século XX, nos EUA. Tratava-se de uma proposta que sintonizava a profissão com os interesses conservadores da sociedade.

**61.** Acerca do estudo social, marque a alternativa correta:

- a) No surgimento do estudo social no trabalho da/o assistente social no âmbito do sociojurídico, a abordagem utilizada com esse procedimento metodológico estava ligada à garantia de direitos.
- b) A tendência hoje posta à judicialização da vida e à criminalização dos pobres, fazendo necessariamente o uso da impositividade do Estado para o controle sobre a vida da população que acessa os serviços públicos, requer, por vezes, fundamentação técnica e pericial.
- c) um exercício profissional comprometido com os princípios que norteiam o projeto ético-político do serviço social requer, para além de dar outro lugar ao estudo social e permanecer com a postura fatalista de assumir práticas disciplinadoras de comportamentos e criminalizadoras dos sujeitos.
- d) Os documentos produzidos pelos/as assistentes sociais nas instituições, frutos de estudo social, não necessitam estar ligados à ótica de garantir direitos à população.
- e) Alterar a lógica da judicialização e da criminalização de indivíduos não requer pautar publicamente o papel das instituições, de seus/suas trabalhadores/as, das requisições institucionais e das condições de trabalho.

**62.** Podemos citar que, no tocante às atribuições do serviço social no Judiciário, os dados do levantamento realizado pelo Conjunto CFESS-CRESS apontam as seguintes características, EXCETO:

- a) Perícia social e estudos sociais.
- b) Planejamento e organização das ações de serviço social.
- c) Assessoria institucional.
- d) Avaliação de políticas públicas.
- e) Ampliação da criminalização das expressões da questão social através do trabalho da/o assistente social.

**DIREITO DO IDOSO E DA FAMÍLIA***Nilza Ciciliati*

**63.** O senhor Roberto, com 82 anos de idade, e o senhor Carlos, com 65 anos de idade, chegam simultaneamente a uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Carlos apresenta um quadro de enfarte agudo do miocárdio, sendo classificado como emergência médica, enquanto Roberto apresenta sintomas leves de gripe. Paralelamente, Roberto busca informações sobre a contratação de um plano de saúde particular, mas é informado de que o valor da mensalidade seria significativamente maior exclusivamente em razão da sua idade avançada. À luz do que dispõe o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) sobre o direito à saúde e as garantias de prioridade, assinale a afirmativa correta.

- a) Roberto terá prioridade absoluta de atendimento sobre Carlos na UPA, visto que o Estatuto garante preferência especial aos maiores de 80 anos em qualquer circunstância clínica, sendo legal a cobrança diferenciada no plano de saúde.
- b) Carlos deverá ser atendido prioritariamente, pois a preferência especial garantida aos maiores de 80 anos, como Roberto, não se aplica em casos de emergência médica; ademais, é vedada a discriminação de Roberto no plano de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.
- c) O atendimento na UPA deve ser por ordem de chegada, visto que ambos são considerados pessoas idosas (maiores de 60 anos), sendo o critério de 80 anos aplicável apenas para o recebimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC).
- d) A prioridade de Roberto sobre Carlos aplica-se apenas no atendimento em órgãos públicos administrativos, não se estendendo à rede de saúde, sendo lícita a majoração da mensalidade do plano de saúde devido ao risco atuarial da idade.
- e) Carlos terá prioridade por estar em emergência, no entanto, a conduta da operadora de plano de saúde está correta, uma vez que a vedação à cobrança

diferenciada por idade se aplica apenas a pessoas idosas até 75 anos.

**64.** Maria, assistente social atuante numa Unidade Básica de Saúde (UBS), atende a senhora Joana, de 72 anos, que apresenta sinais claros de desnutrição severa e relata abandono material pelos familiares. Joana não possui rendimentos para o próprio sustento. Além disso, durante os atendimentos, Maria constata fundadas suspeitas de que Joana vem sofrendo violência psicológica e física no seu ambiente doméstico. Considerando as normativas do Estatuto da Pessoa Idosa sobre o direito a alimentos e as providências exigidas em caso de violência, assinale a conduta ou interpretação correta a ser adotada.

- a) A obrigação alimentar da família de Joana é subsidiária, devendo o Estado assumir o provimento primário antes de acionar os parentes; quanto à violência, Maria deve comunicar obrigatoriamente o caso ao Conselho Regional da Pessoa Idosa.
- b) Maria deve notificar compulsoriamente a suspeita de violência à autoridade sanitária e comunicar a órgãos como o Ministério Público ou a autoridade policial, considerando também que a obrigação alimentar da família é solidária e, na falta de condições econômicas desta, o provimento impõe-se ao Poder Público.
- c) A suspeita de violência contra Joana dispensa notificação compulsória caso não haja confirmação material, visando evitar constrangimento à pessoa idosa; além disso, a prestação de alimentos é dever exclusivo e irrenunciável da família.
- d) A obrigação alimentar é dividida em quotas iguais entre todos os parentes de Joana até o segundo grau, sendo vedado à pessoa idosa optar entre os prestadores; e a comunicação da suspeita de violência deve ser feita exclusivamente ao Conselho Nacional da Pessoa Idosa.
- e) Compete a Maria assegurar o direito aos alimentos inserindo Joana diretamente num programa de transferência de rendimentos, eximindo a família

da responsabilidade, visto que a obrigação de garantir o envelhecimento saudável é um dever restrito do Estado.

**65.** Durante uma discussão de caso em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a equipe atende um arranjo familiar composto exclusivamente por uma avó idosa e seus três netos. Ao analisar a situação, um membro da equipe refere-se ao núcleo como uma "família desestruturada" e argumenta que, antes de o Estado intervir por meio da assistência social, a própria família deveria buscar seus meios no mercado para se sustentar. Com base nas concepções contemporâneas sobre família e nas diretrizes teóricas do Serviço Social, a análise desse profissional caracteriza-se por:

- a) adotar a matricialidade sociofamiliar como eixo estruturante, focando a intervenção no fortalecimento da rede de parentesco para reduzir a dependência das transferências de renda estatais.
- b) expressar um viés familista e estigmatizante, visto que culpabiliza a família pelas suas vulnerabilidades e avalia a sua estruturação a partir do modelo idealizado da família nuclear tradicional.
- c) reconhecer a multiplicidade de arranjos familiares, uma vez que a ausência dos pais biológicos configura, de fato, uma desestrutura que exige o acolhimento institucional imediato.
- d) aplicar corretamente o princípio da subsidiariedade no âmbito do SUAS, segundo o qual o Estado atua apenas na ausência absoluta de vínculos afetivos na família extensa.
- e) utilizar a perspectiva da pluriparentalidade, ao cobrar dos genitores ausentes a responsabilidade socioafetiva primária pela garantia do sustento dos netos.

**66.** No contexto das transformações sociais e jurídicas no Brasil, o conceito de família tem passado por significativas ressignificações, transitando de um modelo outrora restrito para o reconhecimento de novos arranjos amparados em princípios constitucionais. Considerando a evolução do reconhecimento das entidades familiares e as classificações dispostas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e outras doutrinas e normativas, assinale a afirmativa correta.

- a) A Constituição Federal de 1988, em sua redação original, já previa expressamente um rol exaustivo de todas as configurações familiares possíveis na modernidade, extinguindo de imediato a relevância jurídica das famílias formais decorrentes do casamento.
- b) A família natural é definida contemporaneamente de forma exclusiva pelos laços de solidariedade e convivência comunitária, rompendo em definitivo com qualquer critério pautado na origem biológica ou na consanguinidade.
- c) A família extensa ou ampliada caracteriza-se por extrapolar a unidade núcleo (pais e filhos ou o casal), exigindo, de forma cumulativa, a presença de parentes próximos e a existência de convivência pautada em vínculos de afinidade e afetividade.
- d) A família informal e a família substituta são conceitos equivalentes na prática protetiva do ECA, visto que ambas ocorrem sempre que há o exercício deficiente do poder familiar pelos genitores.
- e) A adoção do critério da afetividade na modernidade tornou a família monoparental uma categoria obsoleta, visto que a proteção do Estado passou a exigir a presença de ambos os pais para a configuração da entidade familiar.

**DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE***Anna Valéria*

**67.** A respeito da evolução dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) Ao longo da história do Brasil, os direitos da criança e do adolescente sempre foram respeitados pelos Estados e pelas legislações pertinentes a esse público.
- b) No Brasil colônia e nos tempos de Império, as crianças e adolescentes abandonados recebiam assistência de entidades como a Igreja e suas irmandades de misericórdia.
- c) No período do Brasil Colônia, as crianças filhas dos colonos de terras e dos indígenas que aqui residiam, os chamados curumins não faziam parte do sistema de catequese utilizado na época.
- d) Durante os séculos XVI e XIX, as crianças negras que chegavam com suas famílias da África, não eram separadas dos seus pais e não podiam trabalhar.
- e) O Estado foi responsável pela criação das Casas de Recolhimento dos Expostos, que funcionavam em condições muito precárias.

**68.** A respeito do Serviço Social no âmbito sociojurídico, marque a alternativa incorreta:

- a) A Igreja Católica tinha o trabalho de recolher crianças órfãs, filhas de mães solteiras e pobres, cuidadas também pela Irmandade do Santíssimo Sacramento da Sé, através das Casas de Recolhimento dos Expostos.
- b) Com a abolição da escravatura, os negros migraram do campo para as cidades, à procura de trabalho para sustentar sua família. Nesse período, dava-se o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, que não absorvia essa mão de obra para o trabalho em virtude de sua falta de capacitação para o trabalho industrial daquele período, ocasionando o crescimento da pobreza nas cidades, a favelização, o aumento da violência, da criminalidade, dentre outros problemas sociais.

c) Em virtude do grande crescimento de crianças abandonadas nessa época, foi criada a Roda de Expostos ou Sistema de Rodas, Roda dos Enjeitados ou Roda da Misericórdia.

d) A primeira Roda do Brasil foi instalada no Rio de Janeiro, no ano de 1726.

e) Em São Paulo foi criada a Casa dos Expostos em 1895, devido ao aumento de crianças abandonadas atendidas pela Roda, a fim de suprir essa crescente demanda.

**69.** No Brasil, no ano de 1923 foi criada a Lei nº 17.943-A, lei que institui o Juizado de Menores, tendo Mello Mattos como o primeiro Juiz de Menores da América Latina. Com base nisso, marque a alternativa correta:

a) Em 1937, foi promulgado o primeiro documento legal do Código de Menores, que ficou popularmente conhecido como Código Mello Mattos.

b) O Código Mello Mattos tinha a intenção de promover a assistência às crianças e adolescentes abandonados, para “reeducá-los” ou “recuperá-los”.

c) O Código Mello Mattos excluiu as Rodas dos Expostos e, em 1931, criou-se também o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que objetivava atender os menores carentes e infratores.

d) O SAM foi extinto em 1964 e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) foi criada em seu lugar, tendo seu trabalho executado pelas Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBEM).

e) Em 1979, foi criada uma revisão do Código de Menores de 27, instituindo-se o Código de Menores de 1979, com a mesma linha principal de arbitrariedade, assistencialismo e repressão junto à população infanto-juvenil que o Código de Menores anterior.

## **GUARDA, ALIENAÇÃO PARENTAL E A CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA**

*Coimbra Almeida*

**70.** Ana foi vítima de agressões praticadas por seu ex-companheiro, Carlos, durante o relacionamento. A filha do casal, hoje com 12 anos, presenciou repetidamente tais episódios. Mesmo após a separação, Carlos continua a adotar comportamentos agressivos nos momentos em que busca a filha para o exercício da convivência, expondo novamente a adolescente a situações de violência. Diante desse cenário, Carlos ingressou judicialmente com pedido de guarda compartilhada. Considerando a legislação vigente sobre guarda e a interface com situações de violência doméstica, assinale a afirmativa correta:

- a) A guarda compartilhada poderá ser definida com base na manifestação da adolescente, cuja vontade terá caráter vinculante.
- b) A existência de violência entre os genitores não impede a guarda compartilhada, desde que sejam estabelecidos mecanismos para evitar contato direto entre eles.
- c) A guarda compartilhada deve ser priorizada, pois os atos de violência não foram direcionados à filha, mas exclusivamente à genitora.
- d) A guarda unilateral somente será adotada se houver desinteresse expresso de um dos genitores pelo exercício da guarda.
- e) A guarda compartilhada deve ser afastada quando houver indícios de risco decorrente de violência doméstica ou familiar.

**71.** A Lei da Alienação Parental reconhece que práticas que dificultam ou prejudicam o vínculo entre criança ou adolescente e um dos genitores configuram forma de violência psicológica, com impactos no desenvolvimento emocional. Nessas situações, ao constatar indícios ou a ocorrência de atos de alienação parental, o magistrado pode adotar medidas destinadas à proteção do menor e à preservação dos vínculos familiares. Diante disso, assinale a alternativa correta:

- a) decretar a destituição imediata do poder familiar do genitor responsável pela conduta;
- b) suspender automaticamente a autoridade parental, independentemente de análise do caso concreto;
- c) determinar a incapacidade civil do responsável pela prática alienadora;
- d) encaminhar as partes para acompanhamento psicológico ou intervenção psicossocial;
- e) afastar compulsoriamente a criança ou adolescente do convívio com o genitor alienador até atingir a maioridade.

**72.** A Convenção sobre os Direitos da Criança representa um marco normativo internacional na proteção integral de crianças e adolescentes, orientando legislações e políticas públicas em diversos países. Sobre essa Convenção, assinale a afirmativa correta:

- a) Trata-se de um instrumento internacional de caráter facultativo, aplicável apenas aos países que optam por internalizar parcialmente suas diretrizes.
- b) Estabelece a criança como objeto de tutela do Estado, priorizando a proteção em detrimento da participação social.
- c) Reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, assegurando proteção integral e prioridade absoluta.
- d) Limita-se à regulamentação de direitos civis e políticos, não abrangendo direitos sociais, econômicos e culturais.
- e) Define que a responsabilidade pela proteção da criança é exclusiva da família, cabendo ao Estado atuação subsidiária mínima.

**DIVERSIDADE, IGUALDADE E  
INTERSECCIONALIDADE***Nilza Ciciliati*

**73.** Em um município situado na Região Norte do Brasil, uma comunidade indígena devidamente organizada constata a contaminação de um rio fundamental para a sua subsistência, provocada por atividades de garimpo ilegal. Os líderes da comunidade decidem acionar o Poder Judiciário para exigir a reparação dos danos e a paralisação imediata da atividade infratora. Ao tomar conhecimento do caso, um gestor público local orienta a comunidade afirmando que, por força da legislação indigenista brasileira histórica, a ação só poderia ser validamente ajuizada se a comunidade fosse formalmente representada pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), atuando como tutora legal. À luz da Constituição Federal de 1988 e da evolução das políticas indigenistas no Brasil, a orientação do gestor público está:

- a) correta, visto que os indígenas ainda são considerados relativamente incapazes pelo ordenamento jurídico civil, exigindo a representação institucional obrigatória da FUNAI para validar a sua capacidade postulatória.
- b) incorreta, uma vez que a Constituição Federal reconhece aos índios, suas comunidades e organizações a legitimidade processual autônoma para ingressar em juízo na defesa de seus direitos e interesses, sendo obrigatória, contudo, a intervenção do Ministério Público no processo.
- c) incorreta, pois a Constituição Federal estabelece que apenas o Ministério Público Federal possui a titularidade e a legitimidade exclusiva para ajuizar ações que envolvam direitos coletivos indígenas, sendo vedada a atuação direta e autônoma da comunidade.
- d) correta, desde que a terra não seja definitivamente demarcada; caso o processo de demarcação já estivesse concluído, a comunidade adquiriria plena capacidade civil e estaria dispensada de qualquer intervenção estatal, inclusive a do Ministério Público.

e) incorreta, uma vez que o ordenamento jurídico contemporâneo transferiu o dever da antiga tutela exercida pela FUNAI para os Estados-membros e Municípios, aos quais compete representar judicialmente de forma obrigatória as comunidades originárias.

**74.** Historicamente, as políticas indigenistas no Brasil foram marcadas por diferentes paradigmas ideológicos, institucionais e normativos. No início do século XX, sob a justificativa da expansão das fronteiras econômicas e da "pacificação", foi criado o Serviço de Proteção ao Índio e Trabalhadores Nacionais (SPI). Décadas depois, com o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, consolidou-se uma nova e robusta matriz jurídica. Comparando os pressupostos teleológicos que orientavam o SPI em sua criação e os princípios inaugurados pela Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que ocorreu uma transição:

- a) de uma perspectiva integracionista e assimilatória, na qual a proteção estatal era vista apenas como uma fase transitória até que o indígena se tornasse um trabalhador rural, para o reconhecimento constitucional permanente do direito à diferença, à sua organização social, aos costumes e às tradições.
- b) de um modelo de preservação rigorosa do isolamento cultural intocado, promovido pelo SPI, para um modelo constitucional que impõe a aculturação e a integração socioeconômica rápida como condições para a demarcação das terras.
- c) da garantia jurídica plena do usufruto exclusivo e da propriedade privada individual aos indígenas no período do SPI, para a estatização imposta pela Carta de 1988, que passou a proibir a exploração de todo e qualquer recurso natural em terras demarcadas.
- d) de uma política de autonomia absoluta das aldeias, livre de qualquer mediação burocrática estatal durante o SPI, para a instituição do regime de tutela permanente na Constituição de 1988, delegando ao poder público o poder de veto sobre a reprodução cultural.

e) do reconhecimento explícito do pluralismo jurídico e das justiças tribais soberanas no início do século XX, para a subordinação total dos indígenas à visão civilizatória na década de 1980, extinguindo a especificidade cultural.

**75.** O debate sobre o ordenamento e a proteção dos territórios originários suscita complexas tensões regionais. Suponha que o Governo Federal apresente um grande projeto de infraestrutura de interesse logístico que perpassa o interior de uma Terra Indígena já demarcada. Para contornar os impasses, propõe-se oficialmente a compra da referida área pelo Estado e a transferência definitiva e compulsória da comunidade afetada para uma nova região com características ecológicas, de fauna e de flora muito superiores às da terra original. Considerando o regime jurídico das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios estabelecido no Artigo 231 da Constituição Federal de 1988, a proposta do Governo Federal é:

- a) juridicamente viável, desde que o valor da transação pecuniária seja cancelado pela Funai e que as novas terras assegurem de forma inquestionável a reprodução física e cultural superior da comunidade.
- b) inconstitucional, uma vez que os direitos sobre essas terras são inalienáveis e imprescritíveis, sendo vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras com o fim de implantar projetos econômicos; a remoção é permitida apenas em casos excepcionais e temporários (como catástrofe ou epidemia).
- c) constitucional, pois embora os índios tenham o usufruto da superfície, a nua-propriedade pertence à União, assegurando ao Poder Executivo a prerrogativa discricionária absoluta de remanejamento permanente por utilidade pública.
- d) inconstitucional, estritamente porque a transferência compulsória requer obrigatoriamente a autorização mediante plebiscito prévio com toda a população da unidade federativa em que a reserva se encontra.

e) juridicamente viável, condicionada unicamente à oitiva prévia da comunidade afetada e do Ministério Público Federal, que detêm o poder de alienar livremente o bem jurídico a favor da União se considerarem a nova localização vantajosa.

**76.** Um assistente social em uma organização não governamental analisa um relatório sobre as formas de discriminação racial no Brasil e nos Estados Unidos. O relatório destaca que, enquanto nos EUA a histórica "regra de uma gota" definia a identidade racial, no Brasil a miscigenação criou a ilusão de ausência de barreiras raciais, operando a discriminação em um "degradê". Com base nos estudos sociológicos clássicos de Oracy Nogueira abordados na literatura sobre o tema, essa diferenciação explica-se pelos conceitos de:

- a) racismo de origem no Brasil, pautado pela ancestralidade, e racismo de marca nos EUA, definido pelos traços físicos visíveis.
- b) preconceito de classe no Brasil, que superou o racismo fenotípico, e preconceito de cor nos EUA, mantido pela divisão binária e ausência de miscigenação.
- c) racismo estrutural no Brasil, focado na exclusão econômica, e racismo institucional nos EUA, restrito à segregação legal das leis de Jim Crow.
- d) racismo biológico em ambos os países, diferenciando-se apenas pelo fato de que o Brasil adotou o branqueamento como política institucional igualitária.
- e) racismo de marca no Brasil, que se baseia na aparência física (fenótipo), e racismo de origem nos EUA, que se estrutura pela genealogia e ascendência (genótipo).

**77.** Durante uma capacitação sobre relações étnico-raciais, uma instituição pública de assistência social constata que, embora não existam regras formais que proíbam o acesso de pessoas negras aos cargos de chefia, na prática, os mecanismos de seleção e os critérios de "adequação à cultura organizacional" resultam sistematicamente na aprovação exclusiva de candidatos brancos. Segundo a tipologia formulada por Silvio Almeida sobre o racismo, a constatação da equipe exemplifica o conceito de:

- a) racismo individualista, caracterizado pela ação direta e intencional dos gestores de Recursos Humanos em rejeitar candidatos com base em seus traços fenotípicos.
- b) racismo estrutural, uma vez que a instituição atua de forma autônoma e desvinculada das dinâmicas sociais mais amplas, criando o preconceito em seu interior.
- c) racismo institucional, que ocorre quando o funcionamento, as normas e as práticas da instituição materializam e reproduzem o privilégio de um grupo racial, mesmo sem menção explícita à raça.
- d) discriminação reversa, pois a ausência de leis explícitas de segregação comprova a inexistência do racismo, tratando-se apenas de falhas na análise curricular.
- e) racismo de marca, que se limita às agressões verbais no ambiente corporativo, não possuindo relação com processos seletivos ou regras não escritas.

**78.** Em uma reunião de planejamento, a equipe do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) discute o perfil demográfico e os conceitos de identidade do território para adequar a oferta de serviços. Uma assistente social esclarece corretamente a diferença conceitual entre "raça" e "etnia" no contexto brasileiro, destacando as particularidades da população negra e de comunidades locais. Com base nos fundamentos teóricos sobre o tema, assinale a afirmativa que apresenta corretamente essa distinção.

- a) A raça é um conceito estritamente biológico que embasa as capacidades intelectuais dos grupos, enquanto a etnia é uma classificação puramente baseada na cor da pele.
- b) A etnia refere-se ao pertencimento cultural, histórico e linguístico (como no caso de povos indígenas e quilombolas), enquanto a raça, no Brasil, é uma construção social baseada principalmente no fenótipo.
- c) Os termos raça e etnia são sinônimos no Brasil contemporâneo, visto que o critério de autodeclaração do IBGE aboliu a importância do fenótipo na formulação das políticas afirmativas.
- d) A população negra no Brasil, segundo o IBGE, é composta exclusivamente por aqueles que se autodeclararam pretos, configurando uma etnia pura imune às dinâmicas do racismo brasileiro.
- e) A etnia está relacionada exclusivamente aos colonizadores de origem europeia, enquanto a raça é o termo utilizado legalmente para classificar as minorias populacionais.

**79.** Em uma reunião do Conselho Municipal de Saúde, um assistente social pauta a necessidade de implementação local da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Um conselheiro questiona a relevância da proposta, argumentando que o Sistema Único de Saúde (SUS) já é universal e que a criação de diretrizes específicas para a população negra violaria o princípio da igualdade. Além disso, o conselheiro afirma ser contra a coleta do quesito "cor/raça" nos formulários de atendimento por considerá-la discriminatória e proibida por lei. À luz do que dispõe o Estatuto da Igualdade Racial sobre o direito à saúde, a argumentação do conselheiro está:

- a) correta, pois a coleta do quesito raça/cor foi abolida pelo Estatuto para evitar a estigmatização institucional, devendo a política pública focar apenas nos determinantes estritamente econômicos.
- b) incorreta, visto que o Estatuto exige o recorte racial como forma de priorizar o atendimento da população negra em relação aos demais usuários, ferindo a universalidade apenas nos casos de emergência.
- c) incorreta, pois a política de saúde da população negra instituída pelo Estatuto visa exclusivamente ao tratamento clínico da doença falciforme, sem interferir na universalidade dos serviços de atenção primária.
- d) correta, visto que o Estatuto garante políticas de saúde com recorte racial apenas para os membros de comunidades remanescentes de quilombos, sendo vedada a extensão dessas políticas para a população urbana.
- e) incorreta, uma vez que o Estatuto determina a inclusão obrigatória do quesito raça/cor nos sistemas de informação em saúde e prevê políticas específicas, incluindo o reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde de matriz africana.

**80.** Durante o atendimento em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), uma liderança religiosa relata que membros do seu terreiro de Candomblé foram impedidos, pela direção de um hospital público local, de prestar assistência espiritual a um adepto internado em estado grave. A direção hospitalar justificou a recusa sob a alegação de que o hospital permite apenas o acesso de capelães de religiões cristãs tradicionais, por ser o Brasil um país de maioria cristã, e que não haveria respaldo legal para permitir cultos afro-brasileiros no local. Considerando as disposições do Estatuto da Igualdade Racial acerca do direito à liberdade de consciência, de crença e do livre exercício dos cultos de matriz africana, a atitude da direção do hospital é:

- a) lícita, pois a laicidade do Estado impede a entrada de qualquer líder de religiões de matriz africana em espaços de saúde pública, a fim de evitar conflitos confessionais.
- b) lícita, visto que o Estatuto restringe o livre exercício dos cultos de matriz africana estritamente ao espaço geográfico e privado dos terreiros tombados.
- c) ilícita, pois o Estatuto garante expressamente a assistência religiosa e espiritual aos praticantes de religiões de matriz africana internados em hospitais ou em outras instituições de internação coletiva.
- d) ilícita, pois o Estatuto estabelece que a assistência espiritual em hospitais públicos deve ser prestada exclusivamente por agentes nomeados e remunerados pelo Estado como "capelães afro-brasileiros".
- e) lícita, uma vez que a proteção cultural conferida às tradições africanas foca-se na preservação patrimonial (tombamento), não englobando a liberdade de assistência espiritual fora dos seus templos.

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.*

*Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---